



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 48

Sessão Ordinária de Abril

3.ª Reunião de 09-05-2000

Aos nove dias do mês de Maio do ano dois mil, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Teresa Fidélis da Silva, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Maria João Santos Pais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Firmino Marques Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Manuel Simões Madaíl, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Álvaro Patrício do Bem, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Jaime Simões Borges, José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, Manuel Ferreira da Cruz Tavares e Domingos José Barreto Cerqueira.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, da substituição dos vogais Raúl Ventura Martins e Armando Manuel Dinis Viera, pelos vogais Maria Teresa Fidélis da Silva e Firmino Marques Ferreira, nesta reunião, respectivamente, tendo efectuado o reconhecimento de poderes dos mesmos.

Continuando referiu-se à ordem de trabalhos da nova convocatória enviada, cujos pontos se transcrevem:

Ponto n.º 2 – Aquisição da Capitania e do Aquartelamento da Marinha;

Ponto n.º 3 – Aquisição de terrenos da APA entre a Ponte S. João e o Pavilhão Náutico dos Galitos;

Ponto n.º 4 – Câmara Municipal – Relatório de Actividades e Conta de Gerência relativos a 1999;

Ponto n.º 5 – Serviços Municipalizados – Relatório de Gestão e Contas de 1999;

Ponto n.º 6 – Quadro de Pessoal da Câmara Municipal – Alterações;

**Ponto n.º 7 – Regulamento do Conselho Local de Educação do Município de Aveiro -
Discussão e Aprovação;**

**Ponto n.º 8 – Regulamento de Taxas e Licenças e Autorizações Urbanísticas do Município
de Aveiro - Discussão e Aprovação;**

**Ponto n.º 9 – Apresentação do relatório a que se reporta o n.º 2 do artigo 49.º do
Regulamento do PDM;**

**Ponto n.º 10 – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Aveiro -
Discussão e Aprovação;**

**Ponto n.º 11 – Aditamento ao Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene
Pública
do Município de Aveiro.**

Continuando, o Presidente da Mesa colocou à consideração da Assembleia da possibilidade de alteração da ordem do dia, a fim de se discutir em primeiro lugar o ponto n.º 3 da ordem de trabalhos com a presença do arquitecto José Viegas, do gabinete de estudos da FAUP.

Interviu o Vogal:

António Salavessa (PCP)

Nos termos da alínea d) do n.º 2, do artigo 4.º, da lei 29/87 de 30 de Junho, o Vogal Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão retirou-se da sala, não participando na discussão deste ponto.

(saiu da sala o Vogal Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão)

PONTO N.º 3 AQUISIÇÃO DE TERRENOS DA APA ENTRE A PONTE S. JOÃO E O PAVILHÃO NÁUTICO DOS GALITOS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 07/04/2000, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve introdução do assunto.

(Entrou na sala o vogal Pedro Machado Pires da Rosa)

Intervieram neste ponto da ordem de trabalhos:

Da Câmara Municipal

Arq. José Viegas (FAUP)

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Arq. José Viegas (FAUP)

Membros da Assembleia

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS) - nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição desta sua intervenção.

“Gostaria de começar por colocar uma primeira questão: para que os deputados municipais possam debruçar-se atempadamente sobre este estudo prévio não lhes basta o que têm na cabeça e o pouco ou muito que sabem sobre Aveiro, sobre as suas correntes no duplo aspecto. É que Aveiro tem duplas correntes – de água e de vento. Estamos a falar das zonas mais ventosas do país. Nunca ouvi mencionar isso e para mim assunta-me.

Para que nós possamos por nós próprios, deputados municipais, ter também alguma coisa mais séria a acrescentar, deveríamos poder levar estas trinta e seis fotocópias, as mais das quais não têm fotografias (não têm fotografias a cores e são pura e simplesmente quase em branco), até às pessoas que se relacionam connosco e que conhecem as necessidades efectivas, para recolhermos e podermos nós próprios pensar de facto. Bom... então, até mesmo já da própria APA esperava, devo dizer, originalmente, que tivéssemos sido todos os deputados municipais convidados para uma primeira apresentação que foi feita. E, na parte que me toca, não ouvi senão vagas notícias que já hoje poderiam permitir que trouxesse aqui sugestões. Não digo minhas, porque não sou ninguém, mas de terceiras pessoas que conheço e que dominam muito bem esses vários aspectos das correntes.

Agora, em relação aos aspectos concretos que foram colocados, eu insisto nisto: não é normal, Aveiro é uma das zonas mais ventosas do país e como tal, não é esperado que os senhores arquitectos se lembrem desse aspecto. Daí, neste estudo prévio não seja de louvar nem de criticar que não tenha sido referido, mas assusta-me. Porque, se nós falamos num espaço de lazer, que é uma coisa óptima para a cidade de Aveiro, já há muito desejada, preocupa-nos fortemente que se fale por exemplo desta plataforma e não se leve em consideração o mesmo em relação à implantação de um futuro hotel - com o qual concordo. Tudo isto deve ser levado em consideração. Eu chamaria à atenção para exemplo prático e sugeria-lhe que fosse ver o que é uma zona nova da cidade – o Bairro do Liceu, na parte envolvente de Torre Simão Bolívar, por exemplo - só para verificar o que aconteceu com um erro de implantação de edifícios, que transformaram o vento e o canalizaram, e que cai sobre as pessoas de forma ainda mais forte do que aquela que naturalmente tem. Os próprios edifícios servem para canalizar o vento por terem sido mal implantados de origem. Não sei se está feito nem se não é, digamos, uma chamada de atenção para os senhores arquitectos e o gabinete responsável por este projecto e obviamente para esta Câmara Municipal, porque é a primeira vez que este assunto aqui se discute, embora em relação ao Executivo anterior já tivesse sido abordado.

Agora, duas ou três questões muito rápidas relativamente ao conjunto da situação: não ouvi falar nas pistas para bicicletas!?! O que de algum modo já é hábito. Sempre que vem aqui um projecto num estudo prévio nunca considera, o que no caso de Aveiro é obviamente uma questão estranha. Não vou falar nem sobre o pavilhão do Beira-Mar nem sobre a Pousada da Juventude, uma vez que não foi abordada qualquer espécie de implantação; não estou a ver, mas não sou arquitecta, e sem que me tragam cá o sítio das coisas onde seriam eventualmente instaladas, sobre isso não me pronuncio. Pronuncio-me sim, sobre isto: acho fundamental, efectivamente, a existência não só do hotel como de vários sítios para aparcamento dos próprios barcos e de muito mais que isso. Mas sobre essa parte eu não me pronuncio mais porque eu quero ir a quem tem barcos, falar com isto na mão. Agora, não sei até que ponto, e fica-me assim essa dúvida também, é que para além do aspecto pedonal, para além da continuidade dos percursos de BUGA, não entendo muito bem qual é a outra componente humana sistemática desta zona e não ocasional. Porque como zona ventosa, vão ser raríssimas as vezes aquelas em que poderá haver por ali eventualmente espectáculos ao ar livre, vai ser, penso eu, praticamente impossível, mas quando estudarem os ventos me dirão.

Mas a verdade é esta: preocupa-me saber que resto de vida é dada diariamente, porque não me parece que essa extensão da Universidade – também não nos foi dado nenhum elemento sobre isso, sobre as previsões de utilização - não me parece que chegue, e receio que não havendo componente residencial baste a existência de um hotel. Mas para mim essa parece-me que é

fundamental. Não ter ali um hotel e bons locais de apoio a barcos, e quando digo de apoio a barcos é mais do que deixar atracar. Os barcos têm que chegar aqui e ter um mínimo de condições de abastecimento e outras similares.”

Presidente da Mesa

Vogal Miguel Capão Filipe (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Vogal Rogério Madaíl (PPD/PSD)

Vogal João Maia (CDS/PP)

B

Presidente da Mesa

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Virgílio Nogueira (PPD/PSD)

Vogal Gaspar Albino (CDS/PP)

Vogal João Barbosa (PS)

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

C

Arq. José Viegas (FAUP)

De seguida, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se intervalo para jantar.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:30 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Teresa Fidélis da Silva, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Firmino Marques Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Jaime Simões Borges, José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves e Domingos José Barreto Cerqueira.

Prosseguindo os trabalhos da reunião, o Presidente da Mesa deu continuidade à discussão do ponto n.º 3 da ordem do dia.

(saiu da sala o Vogal Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão)

Intervieram ainda neste ponto da ordem de trabalhos:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD)

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD)

Vogal Rogério Madaíl (PPD/PSD)

(Entretanto entrou na sala a vogal Maria João Santos Pais)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição desta sua intervenção.

“Por motivos profissionais não pude estar presente na primeira parte desta reunião, mas queria deixar aqui uma pequena palavra apenas para me regozijar fortemente com o regresso do Beira-Mar à primeira divisão, e reproduzindo um cartaz que aí se vê, que seja definitivamente o “stop” ao sobe e desce e que o Beira-Mar se mantenha efectivamente onde pertence que é na 1.ª Liga, e que seja a verdadeira equipa representativa das Beiras; do Douro ao Mondego (com perdão do Dr. Nuno Tavares).

Continuando e entrando agora no ponto da ordem de trabalhos que aqui se nos apresenta para discussão, eu em primeiro lugar diria que tive oportunidade de olhar de relance para a maquete (que penso ser a maquete do futuro projecto) que me parece muito bem, tirando que a água é cinzenta; tal e qual está hoje, apesar do sistema de despoluição da SIMRIA já estar a funcionar. Espero que tanto no projecto, como na Ria, tal inconformidade ou não conformidade se possa a breve trecho corrigir, que se liguem os quadros eléctricos e a água volte a ser azul ou pelo menos verde marinho tal e qual já foi há anos atrás.

Cingindo-me ao projecto em si parece-me de excelente oportunidade para Aveiro, que se volte a discutir, e friso, que se volte a discutir um projecto como é o projecto da requalificação da Lota, que em tempos a Câmara de Aveiro teve como parceiros a Universidade de Aveiro e a Junta Autónoma do Porto de Aveiro. Creio que esses parceiros se manterão à excepção de um – a Universidade de Aveiro, que suponho que poderá ser parceira no desenvolvimento de um projecto destes não se porá de fora, como não se pôs na altura - creio que o projecto até é bastante semelhante aquele que existia na altura.

Por outro lado, a JAPA já não pode ser parceiro de ninguém, porque já não é JAPA. A APA deixou de ser um potencial parceiro para efectivamente ser uma parte interessada no negócio. E uma parte em sentido contrário, ou com sentido contrário àquilo que é o sentido que a Câmara de Aveiro está a pôr na execução, no pensamento, na elaboração de um projecto de tal ambição e que em grande modo beneficiaria e favoreceria a nossa cidade, o nosso concelho e esta região centro. E digo que a APA não é parceiro, porque impedida tal qual possa estar pelo facto de ser já, agora, uma entidade privada, obviamente. E aí corroboro inteiramente as palavras do Dr. Nuno Tavares, do Prof. Britaldo Rodrigues e do Dr. Rogério Madaíl. Obviamente que a APA vai lucrar com o negócio, porque para aquela área se perspectiva a execução deste projecto. A APA vai lucrar algo que nunca imaginou lucrar com aqueles terrenos. Há vigência do anterior

projecto, os terrenos não custavam quinhentos mil contos, isso vos garanto. Como a Câmara bem sabe, como todos nós bem sabemos, na vigência do actual projecto os terrenos passaram rapidamente de uma parte integrante do negócio, para um negócio de quinhentos mil contos. É isto que eu não consigo entender senhor presidente da câmara! E não consigo entender (tanto mais que depois à frente falaremos na Conta de Gerência, creio eu), não consigo entender, tanto mais que nesta pequena resenha do que se passou, no contrato ou no projecto de contrato, na proposta de contrato de promessa compra-e-venda, naquilo que o senhor presidente disse à Câmara Municipal, tendo em atenção até que a Câmara não é a Assembleia Municipal e, portanto, o senhor se calhar diz lá mais coisas do que aqui dirá; naquilo que disse à Câmara Municipal não há uma única vírgula sobre onde é que o senhor presidente da câmara ou a Câmara de Aveiro, vai encontrar as fontes de financiamento para já, pagar quinhentos mil contos – não se diz uma palavra em lado nenhum. E mais uma vez se pede a esta Assembleia que vote favoravelmente a aquisição de quinhentos mil contos de marinhas abandonadas, de instalações decrépitas, e de uma zona que se não fosse este projecto não tinha qualquer valor para a APA, pelo menos a curto prazo. Onde é que a Câmara de Aveiro vai encontrar as fontes de financiamento para não onerar ainda mais, mais do que os vinte e tais por cento que já onerou os seus encargos para comprar estes terrenos? Ponto um. Ponto dois, o senhor Presidente da Câmara diz que pagar por marinhas abandonadas, por pavilhões que só um creio eu ainda se usa, (que é o do Galitos) por uma Lota que está completamente ao abandono, pagar quatro contos e qualquer coisa por metro quadrado é o preço justo de mercado!? Eu pergunto: é o preço justo de mercado pagar estes terrenos a quatro contos e qualquer coisa, mas já é injusto pagar pelo menos cinquenta ou sessenta por cento daquilo que os proprietários dos terrenos onde se vai implantar o futuro estádio pedem. Esse sim, um valor justo de mercado. E também lhe digo mais senhor Presidente da Câmara, tanto um como outro projecto considero-os vitais para o desenvolvimento da cidade. Simplesmente, enquanto representante de munícipes que em nós votaram, não posso calar aqui a minha voz e deixar de dizer que me parece relativamente escandaloso, no bom sentido da palavra, se é que pode ter um bom sentido esta palavra (peço que não me interpretem mal), que se ameace com a expropriação proprietários de terrenos que esses sim valem o que eles pedem e que se não discuta o pagar-se quatro contos duzentos e qualquer coisa pelo metro quadrado dos terrenos de marinhas abandonadas! Isto sim, é que me parece um crime de lesa aveirismo, de lesa concelho e até de lesa proprietários. Porque senhor Presidente, se conseguiu-se aqui nestas marinhas abandonadas poupar o suficiente poderia até contrabalançar pagando pelo menos metade daquilo que é o preço considerado justo, por avaliadores externos até, dos terrenos do futuro parque desportivo da cidade.

Senhor presidente, isto são para nós dois pesos e duas medidas. A APA, embora seja uma empresa privada ou semi-privada, de capitais públicos creio eu, é Estado. E não nos iludamos, não deixará de ser Estado por isso, tal e qual a Portugal Telecom não deixou de ser Estado por isso. É Estado. Não deixe senhor Presidente da Câmara, que o Estado continue a lesar-nos como nos lesou durante anos. Não deixe senhor Presidente da Câmara, que um negócio destes onde vai assentar um projecto, que repito considero vital para a cidade e para o concelho de Aveiro e até para esta região centro, seja prejudicado com mais um encargo brutal nos cofres do erário municipal, que até não sabemos como é que o erário municipal vai pagar! Não deixe senhor Presidente, por outro lado, que munícipes desta terra que estão dispostos a colaborar, sejam lesados por esta câmara e por si, ao não lhes pagar o valor justo dos terrenos que são seus. Não deixe senhor presidente!

Terminava apenas dizendo um a coisa senhor Presidente da Câmara e é isto: eu dei-lhe uma vez os parabéns, sentidos, pelo brilhante desenlace da candidatura de Aveiro a uma das cidades sede do Europeu 2004, e dei-lhe porque o senhor Presidente no silêncio do seu gabinete ou de outros gabinetes, soube trabalhar o que tinha para trabalhar, soube apresentar o projecto que

apresentou, soube apresentar a candidatura que inegavelmente trouxe para Aveiro o orgulho de ser uma das sedes do Euro 2004. E digo-lhe outra coisa, que é um contra ponto para mim triste, senhor Presidente da câmara, não tenho dúvida nenhuma de que se o senhor Presidente da Câmara não cedesse, volta meia volta, à tentativa ou ao hábito de show off que o Partido Socialista nos vem habituando, e se o senhor Presidente da Câmara não cedesse à tentação fácil de atirar para os jornais aquilo que ainda nem sequer está discutido nem decidido, se calhar havia negócio como o senhor Presidente da Câmara já nos acusou e já nos disse várias vezes “não posso dizer porque o segredo é a alma do negócio” este negócio que agora vale quinhentos mil contos em terrenos, foi escarrapachado nas páginas dos jornais há duas semanas atrás. E aqui pelos vistos o segredo não foi a alma do negócio.

E aqui pelos vistos senhor Presidente da Câmara, se calhar uma das consequências - é que a APA agora pede quinhentos mil contos pelos terrenos. Não acredito, porque Estado é Estado e ainda por cima temos Estado Socialista quase atravessando verticalmente toda a sociedade e por isso é que eu lhe digo: não deixe mais uma vez que sejamos espoliados, não deixe que mais uma vez os aveirenses sintam que mais alguma coisa poderia ter sido feita, não deixe que nos cobrem quinhentos mil contos por estes terrenos.”

(Entretanto entrou na sala o vogal João Alberto Simões Barbosa)

Vogal António Salavessa (PCP)

D

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

(Entretanto entrou na sala o vogal Henrique Manuel Morais Diz)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos atinentes às intervenções efectuadas.

Membros da Assembleia

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD)

Vogal Rogério Madaíl (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos tidos por convenientes.

E

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos por cinco minutos a pedido da bancada do PPD/PSD.

Reiniciados os trabalhos, o Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia o ponto n.º 3 - Aquisição de Terrenos da APA entre a Ponte de S. João e o Pavilhão Náutico dos Galitos, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e um votos a favor (PS13+PSD3+PP5) sete votos contra (PSD3+PP4) e sete abstenções (PSD6+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):

“A recuperação e requalificação da área da Lota é do interesse do concelho, por isso mesmo a APA, como uma empresa de capitais públicos certamente interessada no desenvolvimento harmonioso da região, deveria ceder os terrenos de que é proprietária por um valor menos elevado do que o que consta do contrato de promessa. Por isso não posso aprovar o negócio. Por isso a abstenção, numa deliberação concreta, enquanto aguardamos outras discussões e deliberações nesta Assembleia relacionadas com a implementação do programa POLIS.”

(reentrou na sala o vogal Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“Fazendo uma declaração de voto em nome dos elementos desta bancada que votaram contra este projecto, para reafirmar que consideramos a importância vital dum projecto deste calibre para o concelho de Aveiro, mas que se nos assemelha a um gigante de pés de barro. Isto é, assenta claramente num roubo para Aveiro e para as suas gentes, dado o valor exorbitante pelo qual a Câmara Municipal de Aveiro se propõe e vai pagar por estes terrenos. Da mesma forma reiteramos, já chega de sermos espoliados pelo Poder Central. E que estava na altura, pelos vistos esta Câmara não teve força, nem tem força suficiente para isso, de inverter a tendência. Puxar lustro aos seus galões e dizer que Aveiro tem que ser de uma vez por todas respeitada e respeitada a valer.”

(saiu da sala o vogal José Augusto Fernandes Júnior)

Vogal Manuel Branco Pontes (CDS/PP):

“Votei a favor deste projecto porque de facto o sítio o merece, e com a esperança também de que o senhor Presidente se lembre também de encomendar um mini-projecto para a margem norte da Pateira de Requeixo.”

Vogal Gaspar Albino (CDS/PP):

“Eu votei sim, porque entendo que o preço que a Câmara vai pagar é só uma parte do negócio. Acho que a contrapartida mais que compensa o preço agora suportado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“Falo em nome dos três votos contra do PSD, para dizer que votámos contra a proposta da Câmara, por o preço a pagar à APA ser exagerado em relação ao actual valor dos terrenos. Achamos que o preço deveria ser renegociado a um valor bastante inferior, atendendo à zona ser estratégica para Aveiro, ao programa POLIS que visa a sua reabilitação e ao facto de a própria APA ser uma empresa de capitais públicos com responsabilidades também no desenvolvimento de Aveiro.”

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD):

“Falando em nome dos membros desta bancada que se abstiveram, queremos dizer que nos abstivemos para não inviabilizar o acesso ao programa POLIS, o que seria altamente penalizador para a cidade de Aveiro, muito embora consideremos exorbitante o custo dos terrenos, que são vendidos por uma empresa de capitais públicos. Muito lamentamos a falta de força negociadora da parte do senhor Presidente da Câmara.”

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD):

“Eu votei a favor (não estou naturalmente mandatado para falar em nome dos meus colegas desta bancada que também votaram da mesma forma), e votei conscientemente. Isto é, alterei o sentido do meu voto após este debate final que entendo que foi altamente esclarecedor. Foram esclarecidas, foram satisfeitas as questões que mais ou menos implicitamente a questão poderia esconder e nessa medida, entendo que não poderia deixar de votar a favor - desde logo porque tenho o senhor Presidente da Câmara como uma pessoa estruturalmente séria, que não vinha para aqui fazer jogos ou esconder ou pisar quaisquer terrenos que não respeitassem escrupulosamente a verdade.

O negócio para mim, foi o negócio possível. E vista a afectação prevista para a zona da Lota, terá sido um negócio sem dúvida pelas suas consequências, altamente proveitoso e positivo para Aveiro. Não podia deixar de aflorar aqui uma outra questão que foi trazida pelo meu querido amigo Diogo Machado, que foi o de misturar duas matérias ou duas questões que para mim não eram aqui misturáveis, que foi a comparação com o problema dos terrenos que vão ser afectos à zona desportiva. Porque eu poderia dizer também, a minha posição poderia estar eventualmente em contradição com a posição que eu aqui tomei nesta mesma Assembleia relativamente ao Teatro Aveirense: fui o único a votar contra a aquisição do Teatro Aveirense, e porquê? Porque eu entendia que nessa altura para o Teatro Aveirense havia certamente (e continuo a entender), que haveria alternativas, que sem custos tão elevados para a Câmara podiam ser igualmente proveitosos. Neste momento, dados os esclarecimentos, dados todos os elementos que o senhor Presidente da Câmara carreou para esta Assembleia, que não haveria neste momento sob pena de prejuízos muito graves e irreparáveis alternativa nenhuma. E mais, quero dizer também isto, porque isto esconde uma questão de eventual filosofia política: é que para mim e falo em nome estritamente pessoal, eu acredito no Estado, e acredito que um Estado deve ser forte, e creio também que o Estado prossegue genuinamente, em abstracto interesse colectivo, coisa que não acontece naturalmente com a acção dos particulares. Os particulares prosseguem interesses próprios, egoístas, o Estado prossegue um interesse da comunidade. Isto é, dizendo de outra maneira: entendo, que as duas questões não devem aqui ser misturadas. Porque de um lado temos a discussão com particulares, que naturalmente como resultado do entendimento ou não a que chegarem com a Câmara prosseguiram com os proveitos conseguidos interesses particulares, individuais, entendo que uma Instituição, um Departamento, mais ou menos directamente mais ou menos indirectamente, um Departamento público, de capitais públicos, prossegue obrigatoriamente um interesse da colectividade. E eu nessa altura, entre o Estado e os particulares, nesse sentido – e não quero ser mal interpretado porque não sou Marxista, muito longe disso, sou anti-Marxista profundo, mas também sou um anti-Capitalista assumido - eu prefiro o Estado aos particulares neste caso, em caso de realização de obra de interesse comum.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS):

“Senhor presidente votámos favoravelmente e aproveitamos esta declaração de voto para saudar o Governo de que mais uma vez soube apostar em Aveiro; para saudar a Câmara Municipal e o seu Executivo, pela capacidade demonstrada ao trazer mais este equipamento para Aveiro. E por último, para fazer uma referência elogiosa a este belíssimo projecto que nos foi hoje apresentado, salvaguardando eventuais alterações que possam vir a ser efectuadas, tenho a certeza que Aveiro vai gostar deste projecto.”

Vogal João Barbosa (PS):

“Senhor Presidente, é um projecto que valoriza e vai valorizar muito Aveiro e acima de tudo a Freguesia da Vera Cruz. Defendendo os interesses da Freguesia a que presido, defendendo o

povo que me elegeu dando-me a sua confiança, só poderia votar a favor. Bem haja senhor Presidente, por aquilo que tem trazido para Aveiro e continua a dar.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS):

“Votei a favor, na tripla convicção, que mais uma vez o senhor Presidente da Câmara foi capaz de saber aproveitar aquilo que é uma ocasião séria e única para que realmente aquela parte qualificada no estudo prévio como baldio, venha a ser alguma coisa de muito proveitoso no curtíssimo prazo de três anos, como ele próprio aqui adiantou. Para toda a cidade de Aveiro e permanecendo capital de distrito, favorece assim não apenas os seus munícipes directos, mas toda uma zona envolvente.

A segunda convicção, de que o senhor Presidente da Câmara não deixará de nos trazer aqui a proposta final para nos ouvir sobre essa matéria, embora de forma não necessariamente deliberativa da nossa parte.

Finalmente, na convicção de que a APA que não ignoramos que está aqui representada nesta Assembleia, porque as pessoas não esquecem nem podem dissociar-se dos vários papéis que desempenham, acabará também, porque é feita também de pessoas e de aveirenses na sua Direcção, por aproveitar esta verba que agora ganha para a investir no nosso concelho. É nessa convicção também, de que recebeu muito, não deu grande coisa, mas de que irá agora no futuro, a Administração da APA mostrar que afinal pensa em Aveiro e, portanto, contrariar na prática as intervenções que aqui foram feitas.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a Moção de Saudação, subscrita por todas as bancadas, pelo regresso do Beira Mar à 1.^a Liga do Futebol Nacional, sendo a mesma aprovada por unanimidade e aclamação.

Continuando, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Finalmente, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando verbalmente a próxima reunião para o dia 11 de Maio de 2000 (quinta-feira) pelas 17:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 10 de Maio de 2000.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.